

Economia - Brasil Além dos problemas de curto prazo

Ao aproximar-se o fim de ano, período em que tradicionalmente se acelera o ritmo de atividade industrial para atender às encomendas do comércio, as notícias de dispensa de centenas de operários por indústrias de bens duráveis de consumo inibem os festejos. Em diversos casos, essas empresas já recorreram à concessão de férias coletivas ou licenças remuneradas. Mas agora, ante a continuada retração da demanda, não vêem outra alternativa senão a redução de sua folhas de pessoal.

Muitos industriais colocam no banco dos réus a política monetária apertada praticada pelo Banco Central, alegando que, pelo patamar que já alcançaram, os juros se tornaram um pesado elemento do custo, onerando o capital de giro. E mais do que isso: os juros elevados têm uma influência direta sobre o ânimo do consumidor, desencorajando-o a comprar a prazo. E, seja por que motivo for, a terceira liberação de cruzados novos, há dias, não teve, como as anteriores, efeitos perceptíveis sobre o movimento de vendas.

As autoridades, apesar de tudo, mantêm sob firme controle a política monetária, ele-

mento que consideram imprescindível para conter a ameaçadora escalada da inflação nesta fase em que beira a faixa de 20% ao mês. O resultado esperado da compressão da liquidez é que a demanda se retraia, mas, no entender dos técnicos do governo, isso não ocorreria de forma tão acentuada se as empresas se dispusessem a evitar, ao máximo, reajustar os preços. As remarcações, porém, não cessam.

Nesse cabo-de-guerra, será muito difícil que o governo se deixe levar de roldão pelas queixas, mesmo porque o Tesouro tem de se financiar no mercado e se vê obrigado a pagar taxas de juro compatíveis. Do lado das empresas que carregam volumosos estoques, a retomada da produção em níveis normais estaria vinculada à desova, a preços condizentes com o crescimento da inflação, dos bens acumulados.

É lamentável que tenhamos chegado a esse ponto, mas nos parece que o nó somente poderá ser desatado com a queda da inflação. Nos

meios internacionais, como se viu na última assembléia do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil é muito criticado por ter sido incapaz até hoje de praticar uma política monetária consistente e, ao mesmo tempo, proceder a uma verdadeira reforma tributária.

A política que o atual governo vem, nos últimos meses, procurando colocar em prática objetiva sanar essa falha. Mesmo os mais ácidos críticos hão de concordar que, na gestão do embaixador Márcio Marques Moreira, o Ministério da Economia vem agindo com extrema ponderação, procurando não interferir sobre a condução dos negócios privados e, sobretudo, não deixar que os problemas de curto prazo tolham a estratégia de estabilização. Se ainda existe controle de preços, tem-se de reconhecer que ele foi sensivelmente abrandado. Claramente, a atuação do Ministério da Economia tem sido pautada por três grandes metas, sobre as quais se poderia dizer que há um consenso social.

Impõe-se, em primeiro lugar, recuperar as finanças da Nação, o que requer uma revisão fiscal, de acordo com as propostas delineadas no "emendão" e que serão complementadas em breve por novas medidas. Isso passa também pela privatização, sendo inconcebível que o Estado continue despendendo bilhões de dólares por ano para cobrir prejuízos na produção de aço, por exemplo. O tripé completa-se com a abertura da economia a capitais externos, acompanhada da liberalização do comércio exterior.

Algumas reformas nessa direção já foram implementadas ou estão em fase de implementação. O governo falhou aqui ou ali, é verdade, mas nunca foi feito um esforço tão denodado para mudar o estilo da administração pública. O que falta fazer — e é muito — não depende da vontade do governo nem dos empresários, mas dos políticos. Está nas mãos do Congresso decidir se proporcionará ou não ao Executivo os meios indispensáveis para levar a cabo o processo de modernização. As incertezas terminarão quando tivermos bem nítida a visão do futuro.